

**ENTRE O AMPLO E O ESPECÍFICO: MECANISMOS DE CONTROLE
SOBRE OS TRABALHADORES DA CVRD DE 1959-61**

*Between broad and the specific: Control Mechanisms on CVRD Workers of
1959-61*

GRANDSON, Douglas Edward Furness

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O trabalho abaixo se trata da análise do discurso feita no semanário comunista, Folha Capixaba de 1959 a 1962, com o fito de identificar as formas de controle externas e internas da CVRD aos seus trabalhadores. Tanto as relações estabelecidas entre os representantes de classe, através da estrutura corporativa do estado, como as formas de controle da direção da empresa, feitores e chefias são objeto da pesquisa. Pretende-se observar como as pautas do sindicato estavam ou não ligadas com as demandas dos trabalhadores, e demonstrar que, não só a ideologia era um fator de controle, assim como mecanismos criados pela empresa e mecanismos de Estado remanescentes do Estado Novo, serviam para controlar os trabalhadores.

Palavras-chave: Mecanismos de controle; trabalhadores; CVRD.

Abstract: The research bellow it's an analysis about the communist weekly, Folha Capixaba, since 1959-1962, with intention from identify the external and internal CVRD control forms about theirs workers. First, we look the relations between class representatives, by the corporative structure of state, like shapes of control of the company direction, overseer's and bosses for a healthy of research. The intention is observe how the questions of syndicate to stay connected with demands of workers, and, show which, together an ideology, control mechanisms created for a company and mechanisms remainder of Estado Novo, has served to contain the workers.

Keywords: Control mechanisms; Workers; CVRD.

Introdução

Como demonstrou o professor André Pereira, em artigo, após a greve de 1948, as lideranças comunistas de Itacibá e outras oficinas estavam estabelecendo um diálogo franco com suas bases, após a greve, admitindo os erros cometidos durante o movimento paredista, configurando o que Gramsci, anos antes chamou de autonomia da classe trabalhadora. Essa autonomia de classe aconteceu em 1948, sem, no entanto, contar com a teorização ou influência teórica ou política gramsciana, haja vista sua chegada como aparato teórico para as humanidades, no Brasil, na década de 70, com Armand Dreyfus. (FONTES, 2010) Ou seja, surgiu das condições concretas da relação entre empresa, funcionários, sindicato e trabalhadores, o que conduziu no *fazer-se* (THOMPSON, 1986) da classe trabalhadora capixaba. Através

tentativa do dissídio coletivo, na delegacia regional do trabalho, as lideranças queriam mostrar aos trabalhadores, que aquilo não ia dar em nada, haja vista a demora para aprovação do direito de fazer greve, assim diminuindo os custos de uma greve justa, feita pelos trabalhadores, e aprovada por eles, de forma horizontal, reconhecendo em seus pares a legitimidade. (PEREIRA, 2014)

Mesmo concedendo o aumento salarial, a empresa, em 1949 demitiu 400 trabalhadores, incluindo as lideranças, como Lourival Coutinho e Geraldo Paulino. Após isso, a empresa sistematizou mecanismos de controle e de rompimento de solidariedade entre os trabalhadores, através da articulação de formas tradicionais e modernas de relação seus funcionários, se utilizando da estrutura de poder por eles criada, de modo a coibir ações coletivas. (PEREIRA, 2013)

Para quem era adequado a sociabilidade da empresa, portanto 'bom funcionário', vinham as promoções, aumentos salariais, manutenção em postos de interesse do trabalhador, ausência de perseguições, atenção à pedidos pessoais; enquanto para quem questionava, o contrário.

Além disso, contava com a máquina de Estado, representada pelas Drt's, Juntas de Conciliação e julgamento, vigência de decretos-lei na ditadura estado novista e uma legislação corporativista, para cercar por fora os trabalhadores. O sindicato estava dentro dessa estrutura.

A conjuntura nacional era favorável a temas de grande amplitude, haja vista os impactos da industrialização acelerada, implementada desde a década de 30, intensificada nos anos 40 e 50, com o governo Vargas. A falta de fontes de financiamento, faziam posições política conflitantes discordarem sobre a participação norte americana em áreas estratégicas, como energia elétrica e petróleo, divididos em posições liberais, nacionalistas e nacionalistas radicais.

Ou estabilidade econômica através da recessão proposta pelo FMI ou a continuidade da industrialização acelerada que gerava inflação. Esse era o dilema de JK, foi o de Jânio e Goulart.

No Sindicato dos ferroviários as lideranças estavam engajadas em temas nacionalistas, através da gestão Eteваны Ferraz (PTB) e Alcyр Correia (PCB), com questionamentos amplos da política, ligadas ao nacionalismo e questões como previdência social e o retorno dos demitidos. Essa diretoria mantinha boa relação com a diretoria da empresa, através da figura de Sá

Lessa, ao que supomos, pelo nacionalismo, e por uma ação estratégica de ambos, na mediação das relações de trabalho. Identificamos também, Paulino e Coutinho, também com discurso amplo da política, defendendo o nacionalismo, e elogiando o fato de a diretoria da CVRD estar nas mãos de brasileiros, portanto, elogiando a diretoria.

A hipótese é de que, essas lideranças estavam afastadas da base ferroviária, assim como o sindicato, no que se refere às questões concretas do trabalho, da vida dos ferroviários. Isso foi tanto um fato conjuntural, como efeito da ação da diretoria da CVRD em 1949. Enquanto questões amplas de âmbito regional e nacional ocupavam os sindicalistas e militantes, os trabalhadores eram confrontados com situações cotidianas de controle, corte de benefícios e descaso. Para maiores progressos, tivemos que verificar três pontos para avançar: 1) Se a aliança entre direção da empresa e direção do sindicato continuou; 2) se o processo de afastamento entre pautas sindicais e demandas dos trabalhadores mudou; 3) se a própria aliança PTB-PCB sobreviveu a conjuntura em questão. No recorte, compreenderemos o final do mandato de Etevary e Alcyr, e um novo mandato inteiro, ou seja, cobrindo dois anos. Nesse escopo, iniciaremos com um sucinto debate teórico, sobre a ação da classe trabalhadora; posteriormente, um apanhado da conjuntura nacional e regional; a análise das fontes; e por fim a conclusão do trabalho.

Debate teórico

Se nos utilizamos do conceito mecanismos, é por que estamos levando em conta que, para além da ideologia como conformador dos trabalhadores em um sistema de dominação capitalista, existem meios concretos de mantê-los sob a ordem do capital. Alguns autores, levam muito em consideração a ação das ideias, como algo que faz com que trabalhadores passem por cima da exploração do trabalho, por um motivo maior, como, por exemplo, o nacionalismo.

Um exemplo desse tipo de interpretação é clara no livro da pesquisadora, Maria Cecília de Souza Minayo, *De ferro e flexíveis*, o qual fez um estudo com trabalhadores da CVRD em Itabira. Neste estudo a autora clarificou o crescimento da hierarquização dentro da empresa, que havia

nascido rudimentar na época dos 'leões da Vale' (1942-52), se complexificando com a introdução de novas maquinarias (1952-72), gerando mudanças substanciais nas relações de trabalho internamente à empresa. Através disso, a autora chega a identificar mecanismos de coação aos trabalhadores, como promoções, favorecimentos a trabalhadores em detrimento à outros, superexploração do trabalho, arbitrariedades de feitores e chefias, etc. Porém, valorizou em detrimento desse elementos, a ideologia nacionalista como fator que mantinha os trabalhadores em quietude, mesmo que insatisfeitos, pela valorização da ideia de que estariam se sacrificando pelo seu país, pelo seu povo. (MINAYO, 2004) Outro ponto, é que a autora só entrevistou trabalhadores dentro da empresa, e não foi atrás daqueles questionadores, que provavelmente já haviam sido demitidos. Perde-se aí, os movimentos de resistência, de organização dos trabalhadores, e a forma que essas foram derrotadas pela empresa. Supervaloriza-se a ideologia como elemento que garantiu a vitória da desarticulação entre os trabalhadores.

Outro autor, que trabalha com o tema da classe trabalhadora, é Ruy Braga. Em seu livro *A política do precariado*, discorre sobre os sistemas de produção implantados no Brasil, assim como as formas estabelecidas de regulação do trabalho. Dentro do sistema fordista *periférico*, implementado no país a partir da década de 40, a forma de mediação entra capital e trabalho era populista. Posteriormente, dentro do mesmo sistema de produção, essa forma de regulação populista se esgotou, e adotou-se a mediação autoritária com a ditadura militar; na virada dos anos 90, seria o toytismo o novo sistema produtivo, que teria como mediador os sindicatos, agora, porém, próximos das movimentações financeiras do capital. Por fim, chega à sua tese, que fala sobre o tipo de regulação lulista, que cria um tipo de relação por fora dos sindicatos, de modo a atender a parcela da população que conceitua como *precariado*, que não gozam dos benefícios trabalhistas da legislação estabelecida. Dessa forma, diminuiria a força dos sindicatos.

Em todos esses processos que o autor avalia, fala que mesmo sob modos de regulação distintas, os trabalhadores tem uma *inquietação operária*, que o faz pressionar o sindicato, que por sua vez tem que agir em resposta a sua base. No caso do lulismo, há um caminho alternativo, que é a característica desse modo de regulação. O problema é que, considera que os

trabalhadores apenas poderiam chegar a um nível de insatisfação, uma inquietação, não conseguindo passar disso. Perde-se de vista aqui, como em Minayo, as resistências, e como estas foram derrotadas.

Um aspecto importante da leitura dos dois são os olhares, respectivamente, para dentro da empresa, e para as relações externas à mesma. Os mecanismos criados tanto dentro quanto fora da empresa geraram cálculos por parte das lideranças, que tinham que passar por esses obstáculos, para reduzir os custos da ação coletiva, e maximizar seus ganhos, a partir de reivindicações conjuntas entre os trabalhadores. As lideranças que juntamente com as bases foram derrotadas, como no exemplo da CVRD. Dentro de um campo estruturado, com escolhas possíveis, os atores fizeram escolhas, realizaram cálculos, e tomaram atitudes, dentro desse campo de estruturas colocado.

O estudo em questão trata dos efeitos da derrota das lideranças comunistas pela direção da empresa, e sua dificuldade de rearticulação com a base ferroviária, após a ação da direção da Vale.

Diferença de falas: O que mudou nas relações entre Sindicato em CVRD?

No ano de 1959, exerciam o 2º ano do mandato sindical, Etevanly Ferraz na presidência e Alcyr Correia como 1º secretário. Essa aliança havia sido reafirmado no pleito de 1957, pois naquele ano, já eram companheiros de gestão.

A característica dessa gestão, uma aliança PTB-PCB, era marcada pelo nacionalismo; pela dedicação a pautas amplas da política; manter boas relações com o presidente da CVRD, Sá Lessa; e um relativo afastamento com as demandas concretas dos trabalhadores, que por vezes reclamavam do Sindicato, no semanário Folha Capixaba. Este por sua vez, apoiava as ações do sindicato e enaltecia o presidente da CVRD, mas também expunha as insatisfações dos trabalhadores.

Com a mudança de conjuntura, marcada pela intensificação da crise, na qual medidas financeiras se mostravam causas de celeumas entre as concepções sobre política econômica, levou a mudança de posições e dessas relações. Inicialmente, as reclamações dos trabalhadores se intensificaram.

Já em 1959, uma matéria mostra a insatisfação de um trabalhador com a gestão do Sindicato, se referindo aos antigos problemas enfrentados em seu dia a dia, e com a displicência de seus representantes. Primeiro escreve o leitor, um trabalhador de Itacibá, que critica a ausência dos representantes na sede do Sindicato; a falta de assistência médica; irregularidades nos armazéns de abastecimento; a falta de um pleito por aumento salarial; e sobre promoções. Esse último ponto é interessante destacar:

“- ‘Quando vem as promoções – prossegue a carta – é sempre pingada, para ameia dúzia de privilegiados apenas. Temos companheiros com mais de 8 anos sem receber uma promoção, enquanto temos ‘afilhados’ com apenas seis meses de casa que já ganhou duas de uma só vez’. (Folha Capixaba, 03/01/1959, p. 1)

O Sindicato parece não estar antenado aos problemas dos ferroviários, segundo escreve o leitor. Pleiteava o aumento salarial, no Rio de Janeiro junto à dirigentes da CVRD, a mudança da tabela salarial, e ameaçaram de greve, caso a tabela não fosse aprovada. (Folha Capixaba, 03/01/ 1959, p.6)

Mesmo lutando pelo aumento e ameaçando uma greve, as lideranças foram criticadas na matéria. Ainda mais, foram citadas promoções, um dos objetos usados como mecanismos de poder interno da empresa, para romper solidariedade entre os trabalhadores; as irregularidades nos armazéns, que já havia sido reclamado pelas esposas dos trabalhadores no ano anterior, o que também poder ter sido um desses mecanismos, se não, forma autoritária de cortar gastos por parte da empresa, sem consulta dos trabalhadores.

Com a reportagem do dia 17 de janeiro de 59, pode-se imaginar que a base ferroviária estava pressionando o Sindicato a agir, pois até mesmo o Governo do Estado reconhecia a ‘séria’ situação dos trabalhadores. Parlamentares enviaram carta à João Goulart, ao deputado Ary Viana (PSD) e ao presidente da CVRD, Sá Lessa, no intuito de resolver a questão dos trabalhadores. O governo do Estado se manifestou através da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, demonstrando o caráter emergencial dos trabalhadores, pedindo uma solução imediata no sentido do aumento dos salários dos ferroviários, que se encontravam ‘SITUAÇÃO AFLITIVA’ (Folha capixaba, 17/01/1959, p.1)

Na coluna Vida Sindical, o jornal fala sobre o envio de um telegrama dos trabalhadores ao engenheiro Sá Lessa, diretamente, com o pedido de aprovação da nova tabela salarial elaborada pelo Sindicato. (Folha Capixaba, 17/01/1959, p. 2)

Segundo matéria do dia 24 de janeiro, havia por parte da empresa, manobras para não alterá-la, através da estratégia de postergar sua aprovação até a mudança de diretoria, o que inviabilizaria a alteração solicitada.

Então surge um dos mecanismos de poder supracitados, o Ministério do Trabalho, como conciliador da questão. Este negociou com a comissão de salários e com a direção da empresa.

Ao final do mês, o jornal publicou a seguinte matéria: “Vale custou, mas cedeu”, a qual falava sobre o aumento de 30% nos salários dos ferroviários. As negociações entre trabalhadores representados através da comissão de salários, diretoria da empresa e o conciliador, Ministério do trabalho, gerou o aumento de salário. Mas cabe notar que, havia acontecido um aumento salarial a nível nacional, colocado por JK, para funcionários públicos, ou seja, dentro da conjuntura de inflação grave, a Vale basicamente teve que ceder, através de uma definição federal. Era uma característica da escolha desenvolvimentista, que tinha que dar uma resposta aos trabalhadores, nada mais que o ajustamento dos salários a inflação, como modo de manter a situação minimamente aceitável.

Cabe observar algumas mudanças a partir de 1959 em relação aos dois anos anteriores, dentre as quais, a primeira, as falas direcionadas ao presidente da CVRD por parte do semanário. Segundo a matéria do dia 31 de janeiro ‘O Sr. Sá Lessa voltou dos Estados Unidos sobraçando um empréstimo de 13.500 mil dólares e está percorrendo a estrada com uma comissão de ‘gringos’ que deram o dinheiro mas que querem ver de perto em que vai ser empregado’ agindo o presidente de forma ‘subserviente’ e ignorando, através de uma ‘ambição desmedida’ a ‘humana reivindicação, dos que com tanto ardor trabalham pelo engrandecimento da empresa que o senhor Sá Lessa e mais alguns diretores dirigem com *preconceitos sociais*’ (Folha Capixaba, 1959. Grifo nosso)

Se antes o presidente da companhia era tratado como um bravo nacionalista, quando ameaçou de se demitir com a ameaça de Rockefeller e a

compra da estatal; ou como magnífico administrador da empresa; naquele momento passou a ser *subserviente aos gringos e preconceituoso com a classe trabalhadora*. O Sindicato dos trabalhadores ferroviários, mesmo sob críticas dos trabalhadores, foi enaltecido como habilidoso no trato da situação da luta pelo aumento salarial, enquanto a presidência da companhia era criticada pelo semanário.

Dentro das boas relações com os EUA, estimuladas no ano anterior pelo governo JK, Sá Lessa conseguira um empréstimo para a empresa, demonstrando a seus credores o que iria fazer com o dinheiro. Isso tinha sido um rebatimento da escolha do governo federal, nacional desenvolvimentista, apoiado em financiamentos estrangeiros, em vigor na primeira metade de 59. A situação de Sá Lessa, porém, souu mal, haja vista o ambiente ideológico nacionalista, assim como, pelo fato da dificuldade de conseguir um aumento de salário para os trabalhadores ferroviários, conseguido por uma determinação do governo federal.

Pode-se perceber um importante detalhe, que era o fato de a aliança entre a direção entre a empresa e os líderes sindicais se enfraquecer a partir daquele momento. Quando essa relação se esvaiu, entrou o Ministério do Trabalho, para fazer a mediação dos conflitos entre empresa e Sindicato. No caso do aumento salarial, os trabalhadores saíram com a vitória, mas logo receberam uma surpresa. A empresa, através de circular interna, decretou para o ano, que não aconteceriam promoções, pelo fato da tabela salarial extrapolar o que aquelas acrescentariam nos ganhos dos trabalhadores. Segue a informação Central da circular enviada do presidente da empresa para o superintendente da estrada, divulgada aos trabalhadores, que diz:

(...) no corrente ano não haverá promoções no quadro do Pessoal da Companhia, considerando que o aumento geral, concedido a partir de janeiro passado, ultrapassou a vantagem que seria dada aqueles que tivessem direito a promoção (Folha Capixaba, 21/02/1959, p.1. grifo nosso).

A empresa vetou o benefício, haja vista o aumento de 30 % no salário, gerando insatisfação dos funcionários. E a determinação veio do presidente Sá Lessa. A CVRD estava com dinheiro na época, vindos de empréstimo norte-americanos do EXIMBANK, porém, como mostra a matéria em que Sá Lessa é

chamado de subserviente, através na cena em que este justificava o uso do empréstimo aos credores, que esperavam retornos e para isso cobravam um planejamento de como seria gasto o montante.

Por outros motivos, porém, iria a relação entre classe patronal e trabalhadora, sob representação sindical, se polarizar.

O Sindicato dos trabalhadores em empresas ferroviárias, juntamente com outros Sindicatos, como o dos trabalhadores da Leopoldina, comandados por Batistinha, se uniram em ameaça de greve geral, pela Previdência Social e pela regulamentação da Lei de greve, dentro da Federação dos Trabalhadores do Espírito Santo (Folha capixaba, 08/08/1959, p. 8). Foi um momento de polarização, causado pelos mecanismos externos de coerção e de mau atendimento dos trabalhadores nos IAPIs. Também o início de uma maior organização dos trabalhadores e sindicatos horizontalmente para conquista desses direitos.

Ao final do ano começaram as se delinear as chapas que iriam concorrer ao Sindicato, e houve a cisão entre Etevary e Alcyr, que formaram chapas que se oporiam. O representante da empresa, como diz o semanário, era o Sr. Coradine (Folha Capixaba, 10/10/1959, p. 1).

O jornal folha capixaba, antes elogioso ao Etevary, concentra as atenções para Alcyr Correia. Primeiro, em matéria do dia 24 de outubro, define que 'os trabalhadores estão desiludidos com as falsas promessas e demagogias de tantos candidatos' dizendo que vão apoiar aqueles que 'realmente representam as aspirações de uma classe' e elenca as reivindicações dos ferroviários, que eram: criação de gabinetes dentários; melhoria dos armazéns de abastecimento, dormitórios, cooperativas; pagamento de acréscimo noturno; cumprimento rigoroso das horas de trabalho como estabelecido na CLT; construção de alojamentos para equipes pernoite; entendimentos com a CVRD para construção de casas para os ferroviários; lutar por passagens de 1º classe para famílias de ferroviários; cumprimento das leis trabalhistas. Construção do Hospital ferroviário; Pela lei orgânica de previdência social; e a lei que regulamenta o direito de greve. (Folha Capixaba, 24/10/59, p.1)

Pode-se perceber que, através do pleito, o semanário explicita os problemas pelos quais passam os ferroviários, como modo de apontar as

deficiências da representação sindical ao atendimento dessas demandas, dizendo que os trabalhadores estão cansados com falsas promessas, assim como, exorta que se observe aquele candidato que realmente se propõe a lutar pelas reivindicações dos trabalhadores.

Em matéria 6 dias antes das eleições, define quem poderia ou seria indicado para atender as demandas anteriormente descritas, e este era Alcyr Correia ‘um nome que se recomenda’. Nessa matéria, a linha editorial do jornal defende que este candidato era a pessoa capaz de elevar o órgão de classe e atender as demandas dos trabalhadores, isso por “apresentar-se aos ferroviários com um programa amplo de reivindicações da classe e com sentido nacionalista” (Folha Capixaba 1959, p.6).

Ou seja, o antigo aliado de Etevany, Alcyr, surgiu como esperança para os trabalhadores no discurso do jornal, agora como pretendente à presidência do Sindicato, mesmo que esse tivesse feito parte das antigas gestões.

Porém, mesmo com a propaganda do semanário, por ‘exemplo de democracia’ o jornal intitulou a vitória de Etevany, por uma pequena margem de votos à frente de Alcyr, sendo a distribuição dos votos: “Etevany 1.598 votos, Alcyr 1.348, José Coradine 1.184. (Folha Capixaba, 21/11/1959, p. 8) As eleições foram equilibradas entre os concorrentes, diferente da eleição anterior, com teve chegou a diferença de quase mil votos do vencedor (Etevany- Alcyr) para o derrotado, Coradine. O Jornal considerou uma vitória da democracia, pelo falto de número expressivo de ferroviários na votação, sendo computados 4.130 votos. Esse aumento, corresponde ao crescimento da classe trabalhadora capixaba, assim como conjuntura de politização dos trabalhadores, a nível trabalhista e ideológico.

Dessa fase, podemos dizer que, houve a separação entre a aliança PTB – PCB no Sindicato, assim como, os contatos com a direção da empresa se tornaram mais complicados, diferente do período de 1957-58, em que o semanário Folha capixaba, além de mostrar a proximidade entre direção da CVRD e Sindicato, elogiava a presidência. A partir de 1959, Sá Lessa passou a ser criticado por seu ‘preconceito’ com classe trabalhadora.

As demandas dos trabalhadores, com previdência social passou à um plano mais amplo, onde vários sindicatos unidos pela Federação capixaba dos trabalhadores se organizaram para lutar por essa pauta e pela regulamentação

do direito de greve. Mas ainda, as questões debatidas pelos trabalhadores são amplas, não tocando em algumas questões do cotidiano dos trabalhadores, como a exploração do trabalho.

Entre o amplo e o específico - 1960

Logo no início do ano, o Sindicato comanda por Etevany, foi à capital federal pleitear um aumento salarial para os ferroviários, junto à alta direção da companhia, através da proposta de aprovação de uma nova tabela salarial (Folha Capixaba, 13/02/1960. p.6) que, segundo o jornal, estava sendo aprovada e aguardada para o dia 21 de janeiro. (Idem, 20/02/1960, p. 6) Vigorava a inflação, e o governo federal, através do Ministério do Trabalho, negociava com os sindicatos.

Sobre a previdência, um velho conhecido dos trabalhadores surgiu nas notícias do semanário, o antigo delegado regional do trabalho, Jefferson de Aguiar. Na matéria do dia 27 de fevereiro, o ex-deputado federal e candidato a senador, era acusado de perseguição aos trabalhadores, através do título “Jeferson Aguiar, sinônimo de perseguição aos trabalhadores”. (Folha capixaba, 27/02/1960, p. 1 – 3)

Isto pelo fato deste se opor ao projeto e Lei orgânica de Previdência Social e do direito de greve. Na coluna do jornal, o político é chamado de ‘reacionário consciente’, aquele que foi ativo na greve de 1948, se colocou contra o pleito dos trabalhadores na esfera federal. À isso também se dedicaria o Sindicato dos ferroviários.

No II Congresso Estadual dos trabalhadores do Espírito Santo, temos os nomes de lideranças também conhecidas da classe trabalhadora, nomes que para além dos líderes sindicais, Etevany, Alcyr e Boécio, aparecem: Lourival Coutinho e Hermógenes da Fonseca, editor chefe de Folha Capixaba.

Essas lideranças estavam engajadas nesses temas, importantes para os trabalhadores. Primeiro, com a aprovação da lei orgânica, apesar de resistências como a de Aguiar, os trabalhadores estavam se organizando em assembleias para eleger deputados que os representaria nos destinos da previdência social. (Folha Capixaba, 07/05/1960, p. 6)

Outro ponto do sindicato em 60, era a ameaça da Hanna Co, empresa multinacional com interesse em comprar a CVRD, o que gerou resistência por

parte dos trabalhadores e do Sindicato. Boécio Pache Farias, delegado do Sindicato, se colocou contra essa possibilidade, chamando políticos e sindicatos a se mobilizarem em torno da defesa da empresa (Folha Capixaba, 02/07/1960, p. 1). O nacionalismo se mantinha presente e um fator ainda de legitimidade para o sindicato, apesar das críticas vindas da base.

Dentro da conjuntura de eleições presidenciais, porém, que se criou o maior conflito dentro da instituição, pelo seguinte fato: Eteваны Ferraz, apesar de ser filiado ao PTB, foi acusado de apoiar Jânio Quadros, candidato independente, porém lançado pela UDN (Folha Capixaba, 23/09/60, p. 8); enquanto Boécio Farias apoiava Lott para presidente e Jango para vice, o semanário dizia que os trabalhadores estavam mobilizados na candidatura petebista. (Folha Capixaba 1960, p. 9). Dentro da gestão do sindicato, havia uma polarização relacionada às eleições.

Enquanto as preocupações se direcionavam para questões mais amplas da política, a empresa adotava formas de exploração do trabalho, que gerava reclamações em espaços do semanário, como uma matéria denunciou: *“A Companhia Vale do Rio doce aplica novo sistema de exploração aos seus empregados”* no qual *“temos denunciado diversos sistemas de exploração da Vale do Rio Doce contra seus funcionários” [sendo que] “agora a estrada aplica outro sistema, a fim de anular o salário trimestral arranjado pelo Sindicato. A companhia está cobrando do maquinista a estadia de carros que ficam parados nos desvios das estações”* (Folha Capixaba 1960, p. 9).

Se tratava de uma forma de cobrar dos maquinistas um valor que não existia, pelo fato destes, na pressa do serviço, não terem contato com a folha com dados do carregamento e horário, que são alterados por outro funcionário, ou até trocado. Esse papel alterado gera multas para os maquinistas.

Também interessante são dois aspectos desse trecho, que são: atribuição dessa questão a pessoas que apoiam Jânio quadros, e a cobrança feita pelo escritor, de que os maquinistas pressionem o Sindicato.

No dia 31 de outubro, segundo matéria, uma comissão de trabalhadores solicitava ao jornal, que intercedesse junto à chefia dos transportes que mudassem a escala dos trabalhadores, que trabalhavam três dias manobrando e após isso, eram escalados para percorrer 331 quilômetros até Valadares, sem tempo para descansar. (Folha Capixaba, 31/10/1960, p. 6)

Seguimos na ideia de que, o Sindicato estava situando suas pautas em altos níveis de politização, deixando as bases desamparadas em questões concretas.

1961 – O anúncio de uma vitória. A volta dos demitidos e conquista do Sindicato.

Esse ano, final para análise aqui empreendida, fez chegar a um ponto avançado, que chamamos a atenção no início do texto, das pautas desenvolvidas a longo prazo pelo Sindicato.

Primeiro a destacar, foi a questão da Previdência. As matérias de Folha Capixaba, como a do dia 4 de fevereiro, fez um resumo da luta pela previdência, iniciada em 1946, com o acontecimento do I Congresso de Previdência Social, a posterior Conferência Sindical de Previdência Social em 1953, chegando à 1961, a Lei orgânica da Previdência Social. Chegou-se a esse ponto avançado dessa luta, porém, o semanário, assim como movimentos sindicais, acusavam a tentativa do Estado em atrelar a Previdência à um Ministério, o que excluiria os trabalhadores da participação na constituição da instituição e gestão. (Folha Capixaba, 04/02/1961, p.3) Segundo, a readmissão dos grevistas de 1948 demitidos em 1949.

Em Julho, uma comissão constituída da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, entrou em negociações com o presidente Jânio Quadros, que gerou a autorização deste de readmitir os grevistas da CVRD. Duas semanas depois, o jornal noticiava o pedido do presidente da lista de nomes de demitidos, e o envio de despacho ao superintendente da CVRD, determinando a volta imediata dos grevistas de 1948. (Folha Capixaba, 28/07/61, p 1)

Então, a longa luta pela readmissão dos trabalhadores demitidos em 1949, parece ter encontrado seu fim. Haveria então, a possibilidade, daquelas lideranças afastadas das bases, no chão de oficina, poderem voltar a atuar juntamente a elas, dentro das demandas concretas, assim como ocorreu em 1948. Enquanto o sindicato disputava questões mais amplas, os líderes juntos poderiam fortalecer os trabalhadores, através de suas demandas internas, e ter maior chance de politizá-los, haja vista condicionantes ideológicos e de relações de trabalho da época. Havia o nacionalismo e as insatisfações com

questões cotidianas das relações de trabalho. Porém, na análise das circulares internas da CVRD, os indícios são de que a empresa não fez retornar os trabalhadores demitidos. Nenhuma circular faz referência do retorno desses trabalhadores e em algumas, ex-funcionários solicitaram a volta, mas a empresa negou. Foi o caso da circular SP 71.23 D. 1.032 de 2 de agosto de 61. Nesta, enviada do superintendente da estrada à um representante do Rio de Janeiro, esclarece a situação de funcionários que foram demitidos da empresa na greve, mas que não tinham estabilidade, portanto, não sendo amparados pela anistia. Cita funcionários que voltaram anos antes, ou por determinação da justiça ou por acordo, mas que os funcionários solicitantes não estariam enquadrados em nenhuma situação de readmissão. Finaliza dizendo que estes não foram dispensados por causa da greve, e cita uma lista constando nomes dos que participaram. Esse anexo não estava junto a documentação, pois estes foram para o destino, ficando apenas a cópia no Centro de Memória da CVRD.

Em outra circular, de 3 de agosto de 61, um funcionário pede informações sobre a readmissão, citando o decreto do presidente para o retorno dos grevistas. O superintendente pede que o CHS informe o funcionário. O que parece, a empresa ficou 'empurrando' os trabalhadores de um setor para o outro, assim como, procurou tirar de situação de grevistas alguns funcionários que participaram da greve, para não readmiti-los. Os funcionários a que faz referência a circular do dia 2, demonstra que os funcionários vinham pleiteando a volta a anos, utilizando-se de vários recursos, para voltar a empresa, pela demissão por greve. O superintendente cita isso na circular, mas diz que eles não estavam envolvidos na greve, e cita uma lista do que estariam. Ao que parece, foi uma forma de protelar e dificultar a volta dos grevistas. Assim, podemos dizer que a Volta dos grevistas foi mais um anúncio do que realidade, pois, mesmo sobre os que estavam na lista não foi encontrado mais dados, assim como dos demais demitidos, cerca de 300 a 400 funcionários.

Em resumo, essas foram as pautas que tiveram mais força e empenho do Sindicato ou de representantes deste da Federação Nacional dos Trabalhadores, a previdência e o direito de greve.

Mas cabe se voltar para dois pontos importantes sobre os mecanismos de coerção externa dos trabalhadores pelas instâncias do Estado. Primeiro, em matéria do dia 16 de setembro, intitulada “*A delegacia Regional do Trabalho abandonada*”, o espaço é dedicado à crítica feita à instituição, em que os casos são levados a frente com muita lentidão, e com funcionários sem empenho em atender os trabalhadores. Isso dificultou, segundo o semanário, o andamento das demandas levadas aquela instituição, atrapalhando a possibilidade de resolver problemas trabalhistas. (Folha Capixaba 1961, p.5) Segundo, a Junta de Conciliação e Julgamento. O texto fala sobre o vogal dos trabalhadores, Adelson Aquino, acusado pelos trabalhadores por não corresponder aos seus interesses, que por sua vez, pediram que fosse nomeado Marcio da Silva Assunção, envolvido com o movimento sindical. Em abaixo assinado enviado pelos trabalhadores, chegou às mãos de seu criticado, que travou as assinaturas e solicitou protesto policial aos abaixo assinantes (Folha Capixaba 1961, p.3).

Aqui temos, a Delegacia Regional do Trabalho e a Junta de Conciliação e Julgamento, ambas com problemas de funcionamento e representação, prejudiciais aos trabalhadores. Sobre a delegacia, esta acabava de ter nomeado novo chefe, o Sr. Calypio de Siqueira Rocha Júnior, no mês de junho (Folha Capixaba 1961, p. 8).

Enquanto por fora da empresa, questões importantes como a previdência e retorno dos demitidos estavam adiantadas, questões internas continuavam pesando sobre os trabalhadores.

As eleições do Sindicato mostra uma situação importante para a análise, pois, o próprio Sindicato é acusado de perseguir os trabalhadores, através de apoio interno da empresa. A discussão das eleições começou cedo, já no início do mês de março, com a organização de chapas, uma encabeçada por Alcyr Correia e outra por Coradine. O semanário apoiou e fez propaganda do comunista, cujo ‘prognóstico’ apontou como melhor opção (Folha Capixaba 1961, p. 3).

Em matéria do dia 7 de julho, um ferroviário acusou Etevary Ferraz, presidente do Sindicato, de perseguir os trabalhadores, através: da polícia interna da empresa, que já contava com 80 homens; ameaça de transferência

de funcionários para João Neiva; e distribuição de dinheiro pelo interior, para influenciar nas eleições (Folha Capixaba 1961, p.1).

Nessa matéria, destaca-se que as perseguições eram intensas em Itacibá, cuja própria matéria afirmou ser um lugar que tem organização dos trabalhadores e combatividade.

Sobre o representante dos trabalhadores da CVRD, outra arbitrariedade é posta contra os trabalhadores, que foi o fato de o eleito pelos trabalhadores, Dayr de Souza Alves, ter o mandato indeferido em detrimento de Marcio de Carvalho, representante da empresa, sem maiores explicações. Por isso a questão colocada no título da matéria: “de que vale eleições na Vale?” (Folha capixaba 1961, p.3).

Com todas essas dificuldades de representação, no interior da empresa, mais um encarregado foi acusado de arbitrariedades, se unindo ao engenheiro Reinô e Sizenando. Naquele ano, foi o caso do Sr. Jadir, em Itacibá. A situação era a seguinte. Os trabalhadores recebiam Cr\$ 350,00 cruzeiros, mas sempre que o encarregado chegava com o dinheiro dizia que a empresa não tinha o montante suficiente e pagava Cr\$ 250,00 (Folha Capixaba 1961, p.3).

Em matéria posterior, algumas informações mostram um pouco mais dessa relação do Sr. Jadir com seus subordinados. Segundo ele, escreve um leitor, a empresa não tinha dinheiro para pagar o serviço, então o próprio encarregado tirava de seu dinheiro para pagar aos funcionários, como se fosse para ajuda-los. Porém, alertava que a empresa não podia saber e que reclamasse da situação não seria escalado para o trabalho, ou seja, claramente uma forma de coagir os trabalhadores. Nos semanário, a situação é chamada de roubo. Porém, uma situação torna a questão estranha. No dia 19 de maio, uma matéria falou sobre um memorial assinado por 300 pessoas, desmentindo as acusações feitas pelo semanário.

O clima tenso entre os trabalhadores, (no caso do Sr. Jadir, ao menos por uma parcela dos trabalhadores) fora e dentro da empresa, gerou o que Geraldo Paulino chamou de protesto dos trabalhadores, quanto à eleição expressiva da chapa encabeçada por Alcyr Correia. (Folha capixaba 1961, p. 8) De 4.000 votos, 2.922 foram da chapa de Correia, que venceu com 76% dos votos (Idem, p. 1).

A vitória ocorreu, mesmo com 'interferências estranhas' nas eleições da empresa. Segundo matéria de 1° de dezembro, a diretoria da empresa haveria interferido nas eleições, e também o padre Mazega, de João Neiva, em campanha anti – comunista contra Alcyr. Mesmo assim, a vitória foi expressiva, se diferenciando das eleições anteriores (Folha Capixaba 1961, p.8).

Após isso, a nova gestão do Sindicato começou a atuar logo, reivindicado aumento salarial e a aprovação de uma nova tabela, para tal. Em assembleia de dezembro, 600 associados apareceram para aprovar a nova tabela e conseguir um novo aumento (Folha Capixaba 1961, p. 7). Após um longo período de distância das demandas da base, o Sindicato, com a liderança de Alcyr se mostrou mais combativo, e não esperou para colocar a frente as reivindicações dos trabalhadores.

Conclusão

O recorte estudado é um momento em que o projeto de industrialização acelerada se intensificou, seus efeitos sendo aceitos como riscos e enfrentados pelas lideranças políticas. Juscelino Kubitschek, no governo federal, ficou no dilema de tomar medidas inflacionárias ou desenvolvimentistas, e fez sua opção em maio de 1959. No Espírito Santo, Carlos Lindemberg no governo, mudou seu projeto econômico e discurso acerca do desenvolvimento, haja vista as mudanças estruturais que processar-se-iam à nível nacional, o que configurou um início de mudanças na correlação de forças do Espírito Santo. Foi investido um plano de estudos e desenvolvimento inicialmente fora, e posteriormente, dentro do governo, através de um grupo de estudos sancionado através de decreto lei, para planejar a industrialização capixaba, processo iniciado pela Findes. Os setores beneficiados foram da siderurgia, mineração e cimento, em indústrias já instaladas no estado

Com isso, no Espírito Santo se processaram os efeitos desse momento de inflexão, que foram um crescimento da urbanização, assim como um crescimento da inflação, através da distorção de investimentos. Isso gerou efeitos sobre a classe trabalhadora capixaba, que sentiu o peso ao aumento dos custos de vida e os salários não condizentes com estes.

Dentro de uma conjuntura crítica, os ferroviários da EFVM, encontraram cotidianamente problemas, como falta de assistência médica,

cortes de benefícios, exploração do trabalho, dificuldades de contato com lideranças sindicais, relações de trabalho envolvidas por relações tradicionais, e mesmo o nacionalismo como conformador da situação por um bem maior, como o bem da nação, não fez com que as insatisfações acima fossem minoradas como sacrificio justo. Os trabalhadores tinham, através do semanário folha Capixaba, meios de protestar contra essas situações, e o fizeram, assim como cobraram em matérias, do órgão representativo de classe, atitudes com relação a situações desagradáveis.

O sindicato por sua vez, que tinha sua atenção voltada para questões mais amplas da política, teve somado a isso o fato de romper a proximidade com a presidência da CVRD, assim como internamente a aliança PTB-PCB representada por Eteваны – Alcyр foi desfeita, gerando uma polarização interna no sindicato. Esses fatores confluíram para uma afastamento das lideranças com a base, afastando as pautas sindicais das demandas dos trabalhadores.

Porém, as pautas a que o Sindicato se propôs com maior vigor, como a previdência social e a volta dos demitidos da CVRD, foram parcialmente vitoriosas, principalmente quando os sindicatos do Espírito Santo se uniram em federação, como o sindicato dos ferroviários da R.R.F.F.S.A, liderada por Batistinha.

Enquanto isso, mecanismos de coerção interna permaneceram em ação, vigorando nas relações de trabalho dos ferroviários, disciplinado seu operariado, que havia tido suas lideranças afastadas da empresa, Geraldo Paulino e Lourival Coutinho, desarticulando os trabalhadores.

Dentro da estrutura corporativa do Estado, a entidade de classe seguiu os cálculos de quem entra no jogo institucional, e sua opção foi a de se dedicar a pautas gerais da política, sem ter, porém, um eixo de ligação com a vida concreta do trabalhador. Apenas em 1961, Jânio Quadros mandou readmitir os grevistas de 1948, o que, caso realizado, teria trazido à empresa aquelas lideranças para próximo de suas bases.

Um exemplo de que, se o operariado não obteve êxito em lutas mais organizadas, não pode ser atribuído apenas a uma questão ideológica, como o nacionalismo, por exemplo, pois como é sabido através das fontes, haviam trabalhadores combativos ao longo da linha da E.F.V.M., como por exemplo, os trabalhadores de Itacibá. Essa oficina, que havia sido o nicho de Antônio

Granja, comunista que liderou a greve de 48, e antes disso, havia sido uma importante liderança dos trabalhadores.

Mesmo este não estando na empresa, assim como Paulino, Coutinho, o operariado daquela oficina permaneceu combativo, frente arbitrariedades e injustiças no local de trabalho. Essa tradição, porém, intensamente batida, tanto pelos mecanismos internos criados pela empresa, como pelos aspectos externos, como: a vinculação do sindicato ao ministério do trabalho; delegacia regional do trabalho abandonada; Junta de Conciliação e Julgamento com vogal dos trabalhadores pró CVRD.

Todas essas instituições e mecanismos derrotaram os trabalhadores, em lutas travadas no dia a dia de trabalho, no vai e vem das crises e polarizações políticas, na conjuntura de crise da economia cafeeira, predominante capixaba, na inflação crescente e advinda do processo acelerado de modernização. Isso somado ao fator ideológico facilitou a derrota de uma autonomia da classe trabalhadora frente à sociedade civil.

Referências Bibliográficas

AMARAL, M.M.B.P. *Quando o camarada era mau: Hierarquia e Disciplinarização na CVRD*. Trabalho apresentado na **II Jornada de estudos do Lehipi**, realizada em Vitória, Ufes, 2014.

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita Benevides. ***A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro***. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BRAGA, Ruy. ***A Política do Precariado: do Populismo ao Lulismo***. São Paulo: Boitempo, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. ***Narrativa, Sentido e História***. São Paulo: Papyrus, 1992.

FONTES, Virgínia. ***O Brasil e o Capital imperialismo***. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio. ***Os intelectuais e a organização da cultura***. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

MACHADO, V. O. *Um parlamentar comunista: a atuação de Antônio Granja na câmara de Cariacica - ES (1948-1950)* Trabalho apresentado na **II Jornada de estudos do Lehipi**, realizado em Vitória, Ufes, 2014.

OLSON, Mancur. ***A lógica da ação coletiva***. São Paulo: Edusp, 1999.

PEREIRA, André R. V. V. *Espremeram tudo!* Modernidade e tradição na memória de um ex-funcionário da Companhia Vale do Rio Doce. ***História Oral***, v. 16, n. 1, jan-jun, 2013. p. 209-233.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. ***De ferro e flexíveis. Marcas do Estado empresário na subjetividade operária***. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. *Conflito de discursos na greve de 1948 na Companhia Vale do Rio Doce*. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S.; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D.. (Org.). ***Memórias, traumas e rupturas***. 1ed. Vitória (ES): LHPL/UFES, 2013, v. , p. 1-15.

PITTOL, Marlon Oliveira. *O Partido Comunista do Brasil na Câmara Municipal de Vitória: leituras e propostas*. Trabalho apresentado na **II Jornada de Estudos do Lehp**, realizada em Vitória, Ufes, 2014.

PRZEWORSKI, Adam. ***Capitalismo e Social-Democracia***. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SKIDMORE, Thomas. ***Brasil: De Getúlio a Castelo***. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Marta Zorzal e. ***Espírito Santo: Estado, interesse e poder***. Vitória: FCAA/UFES, 1995.

_____. ***A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro***. Vitória: EDUFES, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. ***A formação da classe operária inglesa***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Autor: Douglas Edward Furness Grandson. E-mail:

douglas.furness@yahoo.com.